

ANÁLISE HISTÓRICA DO CONFLITO PALESTINO-ISRAELENSE NA FAIXA DE GAZA

*Por Marco Antonio de Freitas Coutinho**



Tanques e veículos do exército israelense sendo posicionados ao longo da fronteira com a Faixa de Gaza na sexta-feira (Jack Guez/AFP/Getty Images).

Poucos conflitos mobilizam tão fortemente a opinião pública mundial quanto o palestino-israelense. Apenas com uma análise das origens podemos identificar o porquê do conflito, suas condicionantes e a abrangência de suas repercussões, no presente e no futuro.

1. INTRODUÇÃO

No início de outubro de 2023, o movimento palestino Hamas desencadeou a operação “Inundação Al-Aqsa”¹, marcada por um conjunto de ações, tais como o terrorismo indiscriminado, guerra informacional, ataques cibernéticos e incursões armadas contra forças regulares do Exército de Israel. O Hamas realiza ainda ataques de interdição contra o território israelense, empregando para tal diversos meios convencionais, tais como foguetes, drones (munições vagantes) e fogos de morteiros. Tais ações surpreenderam não apenas a opinião pública mundial, mas principalmente os renomados serviços de inteligência de Israel.

De pronto, a operação Inundação Al-Aqsa teve o poder de eclipsar o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, que monopolizava as manchetes nas mídias tradicionais e recebia prioridade nas discussões entre líderes mundiais há quase dois anos. De fato, poucos conflitos conseguem mobilizar tão fortemente a opinião pública mundial quanto o palestino-israelense, seja no hemisfério norte, no Oriente Médio

¹Em inglês: *Al-Aqsa Flood*.

e, até mesmo, no Sul Global. O Conselho de Segurança das Nações Unidas, que vinha sendo mantido em um estado de hibernação profunda, teve que ser despertado de sua letargia quando rufaram os tambores da guerra a partir da pequena, mas estratégica, Faixa de Gaza.

Nos últimos 50 anos, o conflito entre o Estado de Israel e os palestinos vem recebendo das políticas externa e de defesa dos Estados Unidos da América (EUA) uma enorme prioridade. Assim também ocorre com outros atores com interesses no Oriente Médio, tal como a União Europeia (EU), a Rússia, o Irã, a Arábia Saudita e o Iraque.

Mas somente analisando as origens desse conflito é que se pode identificar não apenas a raiz dessa disputa, mas também suas condicionantes e o porquê da abrangência global de suas repercussões.

2. ORIGENS

A região hoje sob disputa entre israelenses e palestinos era ocupada, desde a diáspora judaica², por populações que se originaram dos antigos cananeus, que se misturaram extensivamente, ao longo dos séculos, com egípcios, mesopotâmicos e povos da Anatólia, dando origem aos atuais palestinos. A região da Palestina foi ocupada pelos otomanos em 1516, permanecendo sob domínio turco, quase ininterruptamente, até 1918. Durante o domínio do Império Otomano, a Palestina era dividida em províncias, incluindo Damasco, Beirute e Jerusalém, possuindo uma maioria de população palestina. Entretanto, ali sempre existiu uma minoria populacional de outras origens e credos, composta principalmente por cristãos e judeus, estes últimos se diferenciando dos hebreus em diáspora pelo fato de se utilizarem da língua árabe para a conversação diária e para as celebrações litúrgicas³.

2.1 A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E O FIM DO DOMÍNIO OTOMANO

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o Império Otomano havia se aliado ao Império Alemão e ao Império Austro-Húngaro, o que atraiu a atenção das potências aliadas, principalmente o Império Britânico, a França e o Império Russo para as possessões otomanas no Oriente Médio.

O Oriente Médio, desde essa época, já era considerado uma região de grande importância estratégica, não apenas pela sua privilegiada localização geográfica, mas também pela existência de jazidas de petróleo.

Durante a existência do Teatro de Operações do Oriente Médio da Primeira Guerra Mundial, uma campanha militar foi desenvolvida no Sinai e na Palestina. Entre 1915 e 1918 uma série de batalhas ocorreu na região, tendo início na península do Sinai e progressivamente se expandindo em direção à Palestina e à Síria. Tropas britânicas, indianas, australianas e neozelandesas enfrentaram as forças dos

² Estima-se que a maior parte do êxodo dos judeus tenha sido iniciado no ano 70 d.C., quando da destruição do segundo templo de Jerusalém pelos romanos. Entretanto, há registros de que a diáspora possa ter iniciado ainda no ano 586 a.C. quando o imperador babilônico Nabucodonosor II iniciou uma campanha contra o povo judeu.

³ Os judeus em diáspora normalmente falavam a língua local para a conversação do dia a dia, assim como o lídiche ou o árabe andaluz para as celebrações litúrgicas.

impérios alemão e otomano. Os combates se iniciaram em janeiro de 1915, quando os otomanos tentaram conquistar dos britânicos o estratégico Canal de Suez, no Egito.

Sendo uma frente secundária na guerra, a estratégia militar aliada para o Teatro de Operações do Oriente Médio dependia de apoio das populações locais. Neste sentido, os britânicos estabeleceram uma série de acordos com as lideranças árabes, a fim de estabelecer uma aliança contra os otomanos, sob a promessa de apoio do Reino Unido para sua independência e autonomia no pós-guerra, no âmbito de um estado árabe unificado. O principal articulador desses acordos foi o militar britânico Thomas Edward Lawrence, que passou para a história como Lawrence da Arábia (Figura 1).



Thomas Edward Lawrence, o "Lawrence da Arábia" (Domínio Público/Wikimedia Commons).

A Revolta Árabe, liderada pelo Rei Faisal, foi incentivada pelos britânicos e coordenada por Lawrence, tendo sido essencial para o esforço na guerra aliado e para o fim do domínio otomano na região. Ao final de 1917, a campanha no Sinai foi praticamente encerrada, e as tropas do Império Britânico avançaram rapidamente sobre o Vale do Jordão, dando início a uma série de batalhas na Palestina. Enquanto isso, os árabes tomaram o importante porto de Aqaba. Após a conquista de Berseba e Gaza, Jerusalém foi tomada pelos britânicos. Dois meses depois, a cidade de Jericó também foi ocupada pelos Aliados.

2.2 O ACORDO SECRETO SYKES-PICOT E O REDESENHO DO ORIENTE MÉDIO

Ainda enquanto os árabes apoiavam o esforço aliado no campo de batalha, sob a confiança adquirida nas negociações com Lawrence da Arábia, os governos do Império Britânico, da França e do Império Russo (ainda sob o trono do Czar Nicolau II) começaram a se articular para o pós-guerra. Ao já avaliar que a derrota otomana seria um fato consumado, britânicos e franceses iniciaram conversações secretas para definir o destino do Oriente Médio. E isso não envolveria a criação de um estado árabe unificado, como os britânicos haviam prometido, o que traria consequências que se arrastam até os dias atuais.

Os franceses estavam interessados na Síria, os russos na Armênia e no controle dos estreitos de Bósforo e Dardanelos, e os ingleses na Palestina e no Iraque. Mas a base da divisão foi tratada de forma secreta apenas entre os governos britânico e francês, e somente depois de acertados os interesses entre ambos é que ela foi apresentada aos demais aliados para avaliação de suas demandas. As negociações primárias que levaram ao acordo ocorreram entre 23 de novembro de 1915 e 3 de janeiro de 1916, e deram origem ao “Acordo Sykes-Picot”, designação dada em função dos negociadores Mark Sykes (pelo Reino Unido) e François Georges-Picot (pela França).

Mark Sykes era um militar britânico, e é considerado o principal articulador de todo o planejamento estabelecido (Figura 2).



FIGURA 2: Coronel Sir Tatton Benvenuto Mark Sykes (Wikimedia Commons).

Sykes e Picot assinaram um memorando, e a distribuição espacial era apoiada em um mapa da nova configuração pretendida (conforme Figura 3).

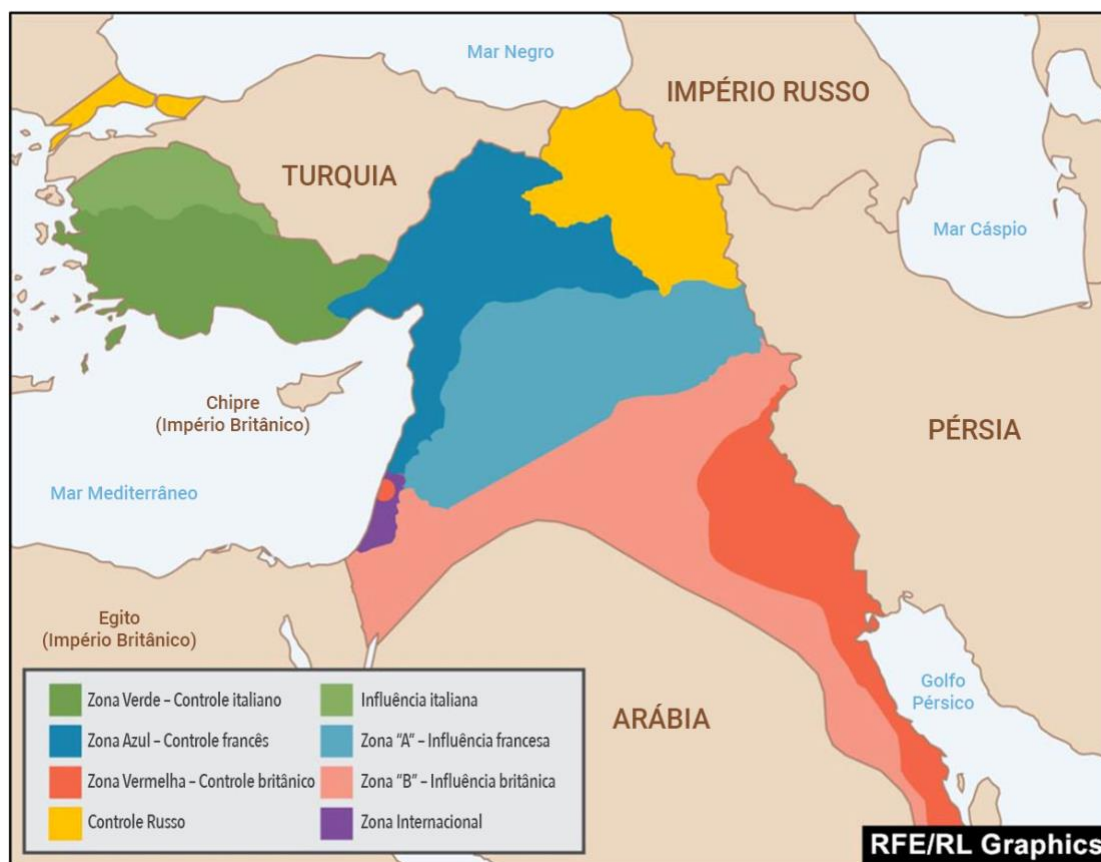


FIGURA 3: Distribuição do Oriente Médio prevista no Acordo Sykes-Picot (Radio Free Europe/Radio Liberty).

O acordo foi ratificado por seus respectivos governos em maio de 1916, e nele, uma das deliberações mais complexas envolveu justamente a questão da Palestina, que devido ao forte apelo religioso representado por Jerusalém, despertou um interesse conflitante entre a França e o Reino Unido. A solução acordada foi no sentido de conceder um *status* de zona sob administração internacional a ser estabelecida pela Liga das Nações, mas sob mandato britânico.

Entretanto, ainda nas tratativas entre Sykes e Picot já surgia a ideia de que a Palestina seria destinada a um futuro estado judeu, proposta que acabou sendo acolhida pelo Ministro de Negócios Estrangeiros do Reino Unido, Sir Arthur Balfour, sob forte pressão do banqueiro judeu Sir Walter Rothschild.

A dúvida que surge de todo esse processo pode nos levar à ideia de que a ação de Lawrence da Arábia teria sido uma manobra diversionária, coordenada com o também militar Mike Sykes.

Mas a realidade era que Lawrence não sabia dos arranjos diplomáticos estabelecidos entre os aliados. Em setembro de 1917, Lawrence escreveu uma carta a Sykes, quando ele estava combatendo com o exército árabe. Na carta, exigiu saber exatamente quais eram os planos de Sykes para “assuntos do Oriente Próximo”, pois segundo Lawrence, parte da responsabilidade seria inevitavelmente atribuída a ele (BERDINE, 2020, pp. 192-193).

Abordando especificamente a questão dos sionistas, ele teria escrito à Sykes que havia uma diferença fundamental entre os judeus palestinos e os judeus da diáspora, por Lawrence denominados de “Judeus Colonialistas”, agora interessados em retornar para sua terra tradicional (Ibid, p. 193):

Os primeiros falam árabe e o segundo Lídice alemão. O Rei Faisal está em contato com os judeus árabes e eles estão prontos para trabalhar com ele. Eles mostram uma forte antipatia aos judeus colonialistas, e até sugeriram medidas repressivas contra eles. Faisal ignorou este ponto até agora, e continuará a fazê-lo. Suas tentativas de entrar em contato com os colonialistas não tiveram muita sorte. Dizem que os colonialistas já fizeram os seus acordos com as grandes potências, e não desejam nenhum contato com o Partido Árabe. Eles já teriam decidido que não vão ajudar nem aos turcos nem aos árabes.

Lawrence continuou sua carta, dizendo que (Ibid):

Faisal gostaria de saber (é melhor que a informação venha a mim antes de chegar a ele, já que eu normalmente gostaria de decidir antes como abordar) qual é o acordo entre os judeus colonialistas (chamados sionistas às vezes) e os aliados. O que se prometeu aos sionistas? Qual é o seu programa?

Ele continuou dizendo que havia tomado conhecimento de que “os judeus pretendem adquirir os direitos à terra de toda a Palestina de Gaza para Haifa, e ter autonomia nessa área”, o que o levou a acrescentar:

Esta aquisição deve ser por compra justa ou por venda forçada e expropriação? Os árabes geralmente não são empregados por colônias judaicas, e são frequentemente proibidos de entrar numa colônia ou de comprar nas suas lojas. Os judeus propõem a expulsão completa do campesinato árabe, ou sua redução para uma classe de diarista?

Nessas circunstâncias, Lawrence finaliza (Ibid):

Poderia surgir uma situação na qual a influência judaica nas finanças europeias poderia não ser suficiente para dissuadir os camponeses árabes de se recusarem a desistir de sua terra, ou pior!

Segundo Berdine (Ibid), a carta de Lawrence teria sido guardada por um intermediário e nunca entregue a Sykes, mas hoje se encontra preservada na biblioteca da Universidade de Durham.

Creio que Lawrence conhecia bem os problemas que a solução de Sykes traria mais cedo ou mais tarde para muitas gerações futuras.

2.3 A DECLARAÇÃO BALFOUR

Em 1917, o banqueiro britânico de origem judaica, Walter Rothschild, encomendou diretamente a Mark Sykes um estudo sobre a criação de um estado Judeu na Palestina. Sykes contou com o apoio de um membro do movimento sionista internacional, Nahum Sokolov, que o ajudou a elaborar uma fórmula que viabilizasse o projeto, uma vez que Sykes não era familiarizado com a situação dos judeus na Palestina. O trabalho foi aprovado por Rothschild e imediatamente encaminhado para o ministro Balfour, apresentando duas linhas mestras (BERDINE, 2020, p. 174):

- 1) A Palestina deveria ser reconstituída como o lar nacional dos judeus; e

- 2) O governo britânico asseguraria a realização deste objetivo e discutiria sua implementação em comum acordo com a Organização Sionista Internacional.

É interessante observar que a fórmula de Sykes era extremamente ambiciosa, particularmente por entregar todo o controle da Palestina aos judeus e, ainda, não prever qualquer consulta aos palestinos ali residentes, em que pese a fórmula ter estabelecido que nada deveria prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não-judias na Palestina.

A Declaração Balfour foi incorporada ao Mandato Britânico sobre a Palestina (Figura 4), estabelecido pela Liga das Nações em 1922, dando ao Reino Unido a responsabilidade de administrar a região e implementar a promessa de um lar nacional judaico. O mandato britânico também incluía uma área onde não haveria previsão de ocupação judia, que foi denominada Transjordânia.

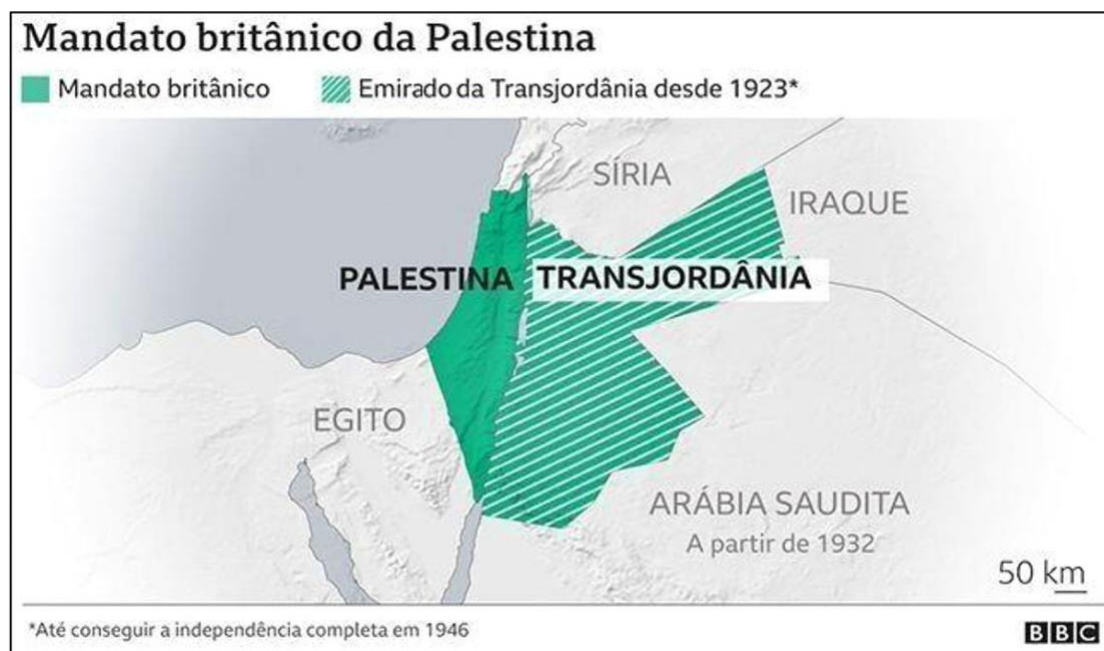


FIGURA 4: Mandato Britânico na Palestina e Transjordânia (BBC).

Em 1947, ainda sob o impacto dos crimes de genocídio praticados contra os judeus pela Alemanha Nazista, a ONU adaptou o projeto elaborado por Sykes, criando um plano para dividir a Palestina em um estado judeu (Israel), que ocuparia 55% do território da Palestina, um estado árabe, que permaneceria com cerca de 45% do território e previa, ainda, a concessão de um *status* internacional para a cidade de Jerusalém (Figura 5).



FIGURA 5: Plano da ONU para divisão da Palestina (BBC).

Com o apoio do presidente dos EUA, Harry S. Truman, e da maioria dos integrantes das Nações Unidas, David Ben-Gurion proclamou o estabelecimento do Estado de Israel em 1948.

3. AS GUERRAS CONTRA OS ÁRABES

Os alertas emitidos por Lawrence não demoraram muito a trazer consequências para a realidade na Palestina. O conflito se iniciou como uma guerra civil entre judeus palestinos e povos árabes, imediatamente após o anúncio do plano da ONU, em novembro de 1947. A guerra entre os árabes e o novo estado de Israel começou formalmente com o fim do Mandato Britânico para a Palestina, exatamente à meia-noite de 14 para 15 de maio de 1948 (KHAN, 2016). As forças invasoras árabes assumiram o controle das zonas tradicionalmente ocupadas por eles, assim como atacaram imediatamente as embrionárias forças israelenses e vários assentamentos judeus.

3.1 A GUERRA ÁRABE-ISRAELENSE (1948)

A Guerra árabe-israelense de 1948 foi um conflito travado entre o recém-criado Estado de Israel e uma coalizão militar de estados árabes, incluindo Egito, Transjordânia, Síria e forças expedicionárias do Iraque. A guerra começou em 15 de maio de 1948, após a declaração de independência de Israel no dia anterior. O conflito durou 10 meses e teve lugar principalmente no território do Mandato Britânico, na Península do Sinai e no sul do Líbano.

A guerra foi resultado de uma previsível escalada das tensões entre árabes, judeus e britânicos, a partir do acordo Sykes-Picot, passando pela Declaração Balfour de 1917, e culminando com a criação do Mandato Britânico da Palestina em 1920. As políticas britânicas, que resultaram no plano de repartição da Palestina,

desagradavam tanto árabes quanto judeus. A oposição árabe teve sua gênese na revolta ainda nos tempos da Primeira Guerra Mundial, uma aliança que logo deu lugar a um sentimento de traição. Por outro lado, entre 1944 e 1947 a oposição judaica também se desenvolveu, insatisfeita com a condução do processo pelos britânicos, dando lugar a uma insurgência judaica contra a presença de tropas de ocupação do Reino Unido na Palestina.

A guerra resultou em uma vitória decisiva para Israel, que acabou por conquistar do Egito a Península do Sinai e a faixa de Gaza, assim como a Cisjordânia (incluindo Jerusalém Oriental) e as Colinas de Golã da Síria. Esta guerra inicial deixou como marca o início de um deslocamento significativo de árabes palestinos, seja internamente, seja em direção ao exterior, na qualidade de refugiados.

3.2 O ARMISTÍCIO DE 1949

Os acordos decorrentes do Armistício de 1949 foram assinados entre Israel, o Egito, o Líbano, a Jordânia e a República Árabe da Síria. Esses acordos encerraram formalmente as hostilidades da Guerra Árabe-Israelense de 1948, e estabeleciam o que veio a se convencionar como a “Linha Verde”, que demarcava o território controlado pelos árabes (ou seja, a Cisjordânia anexada à Jordânia e a faixa de Gaza ocupada pelo Egito) até a vitória israelense (Figura 6).

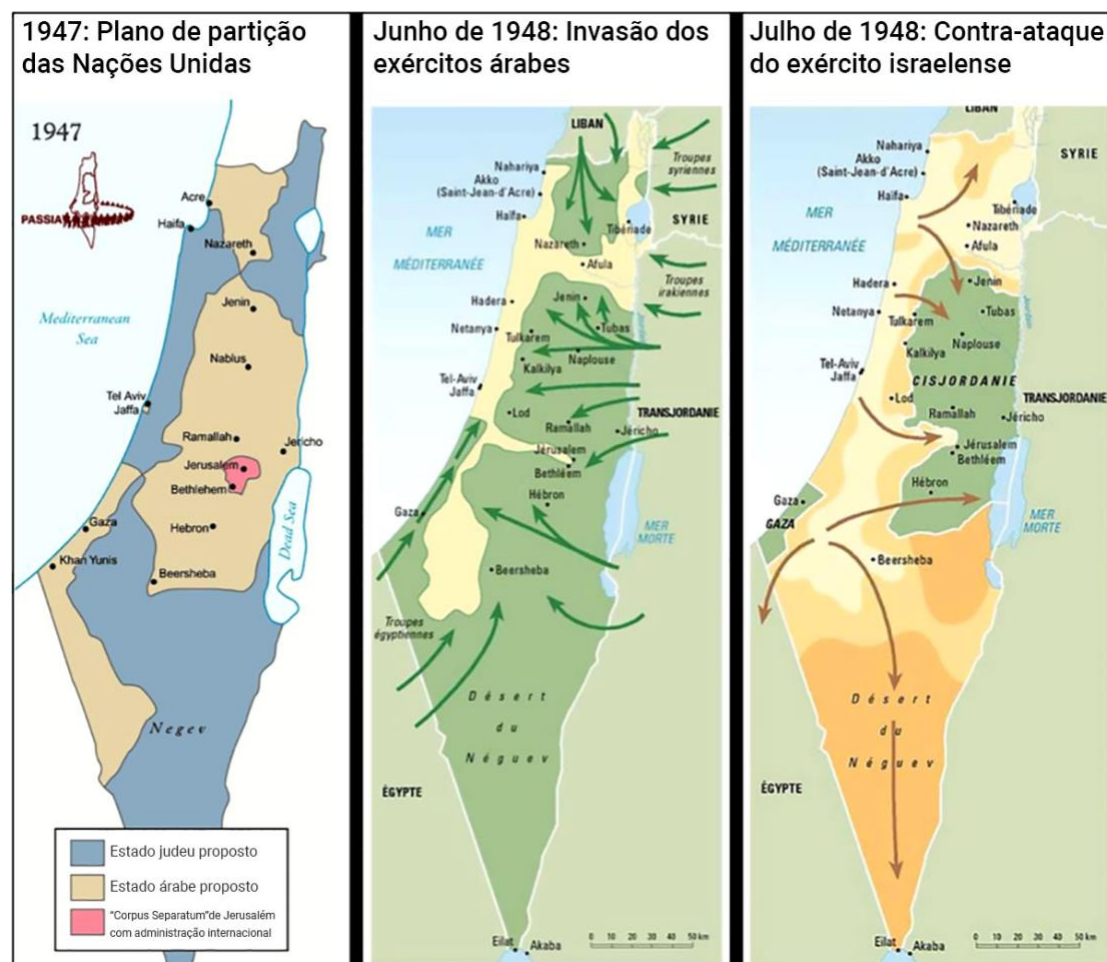


FIGURA 6: Evolução da distribuição territorial entre árabes e o estado de Israel, 1947-1948 (Mapa da esquerda: Passia; Mapas do centro e da direita: Philippe Rekacewicz/Le Monde Diplomatique).

A linha de demarcação do armistício foi traçada na maior parte ao longo da fronteira internacional de 1922, entre o Egito e a Palestina, exceto perto do Mar Mediterrâneo, onde o Egito permaneceu no controle de uma faixa de terra ao longo da costa, que passou a ficar conhecida como Faixa de Gaza. As Nações Unidas criaram agências de supervisão e de informação para monitorar a fronteira acordada. As discussões relacionadas com a aplicação do cessar-fogo levaram à assinatura da Declaração Tripartite de 1950, na qual os EUA, o Reino Unido e a França se comprometeram a tomar medidas dentro e fora da ONU para evitar violações das fronteiras estabelecidas. Sublinhou igualmente seu compromisso com a paz e a estabilidade na região, sua oposição ao uso ou ameaça da força e reiterou sua oposição ao desenvolvimento de uma corrida armamentista entre os países árabes e o Estado de Israel.

3.3 A GUERRA DOS SEIS DIAS (1967)

A Guerra dos Seis Dias foi resultado da escalada das tensões entre Israel e seus vizinhos árabes, não solucionados pelas cláusulas do Armistício de 1949. Nos meses que antecederam este novo conflito armado, as tensões aumentaram devido a uma ação do Egito, que fechou o Estreito de Tiran ao transporte marítimo para Israel.

Esta nova guerra foi breve, mas extremamente sangrenta, tendo o conflito sido travado entre Israel e os estados árabes do Egito, da Síria e da Jordânia. A guerra começou no dia 5 de junho de 1967, quando Israel lançou um ataque preventivo contra o Egito. O conflito durou apenas seis dias e resultou numa nova vitória decisiva para Israel, que passou a controlar integralmente a Península do Sinai e a Faixa de Gaza (que estavam sob controle egípcio), a Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental (da Jordânia) e as Colinas de Golã (da Síria) (Figura 7).

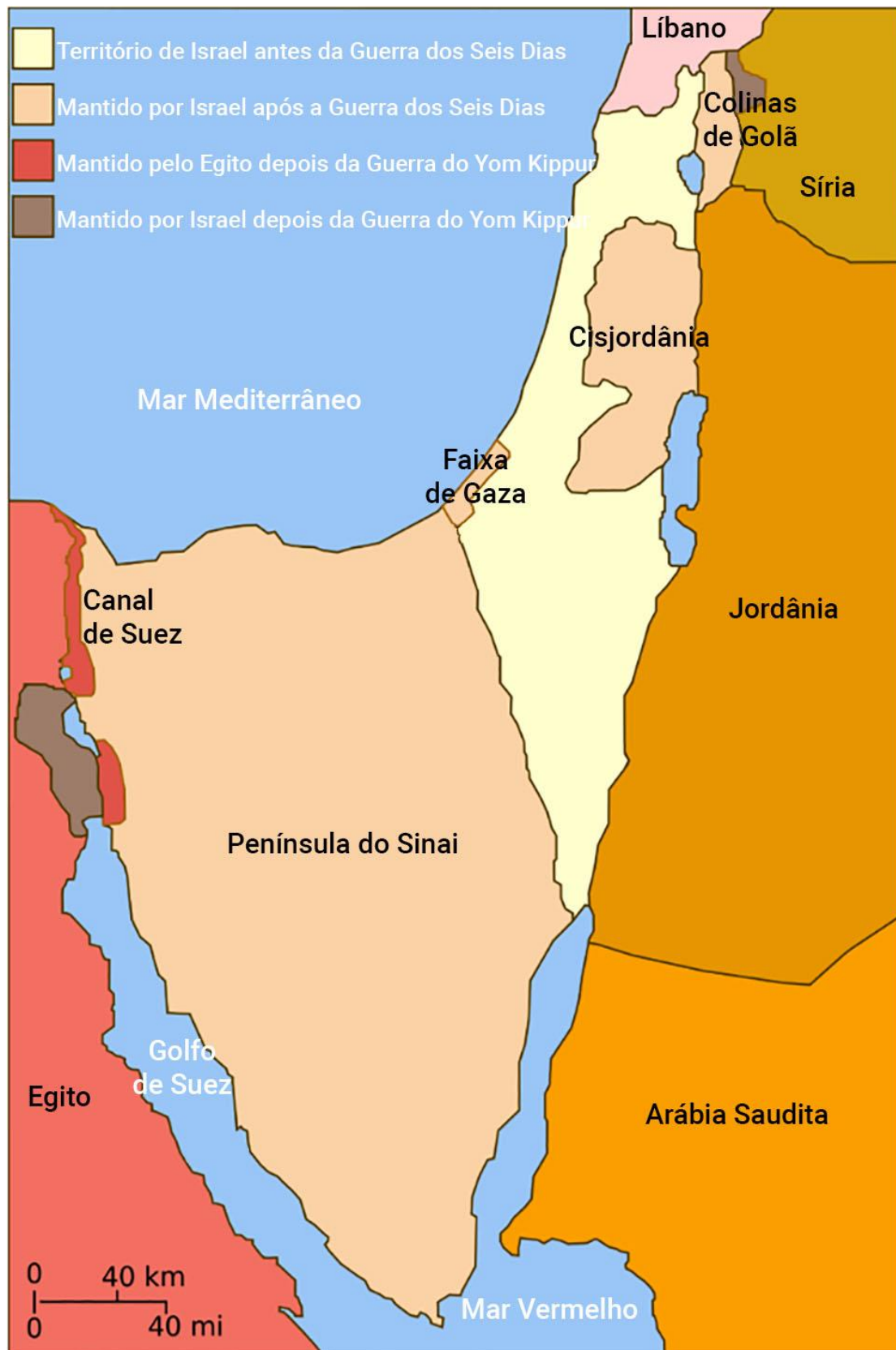


FIGURA 7: Situação no terreno após a Guerra dos Seis Dias, 1967 (Sturgis West History).

Poderíamos apontar que a Guerra dos Seis Dias introduziu a questão da Faixa de Gaza no conflito árabe-israelense, e que passaria a se desenvolver com cada vez maior intensidade a partir de então.

4. A FAIXA DE GAZA

A Faixa de Gaza é um pequeno território palestino localizado no Oriente Médio. Possui uma faixa litorânea, a oeste, de 40 km com saída para o mar Mediterrâneo, e faz fronteira com Israel e com o Egito. A região é predominantemente plana, formada por áreas de planície litorânea que se estendem ao longo da costa oceânica. Em termos de clima, trata-se de uma região árida de clima temperado.

O norte do enclave situa-se a 40 km do sul do território em linha reta e tem 12 km de largura no seu ponto mais largo. Ali, moram cerca de 2,3 milhões de pessoas, uma das maiores densidades populacionais do mundo. Estima-se que metade dos palestinos que vivem em Gaza tem menos de 19 anos de idade. Eles teriam pouca ou nenhuma perspectiva de crescimento socioeconômico e seu acesso ao mundo exterior é limitado.

Para fins de comparação, a Faixa de Gaza possui uma superfície de 365 km², tendo aproximadamente a mesma área da cidade de Betim (uma cidade média da região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais). Entretanto, a cidade de Betim, segundo dados de 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui uma população de 450 mil habitantes. Com 6,3 mil habitantes por km², a Faixa de Gaza é considerada uma zona muito densamente povoada. A área metropolitana de Betim, voltando ao exemplo, tem densidade de apenas 1,2 mil habitantes por km², cinco vezes menor do que a Faixa de Gaza.

A maioria dos habitantes de Gaza vive nas zonas urbanas no norte do território, nomeadamente na cidade de Gaza, onde viviam 778.000 pessoas. A evacuação da área mais ao norte da faixa, determinada em 2023 pelo governo israelense, implicaria na criação de um contingente de cerca de 1,1 milhões de Pessoas Internamente Deslocadas (Figura 8).



FIGURA 8: Faixa de Gaza e a área a ser evacuada em 2023 (AFP).

Mas nem só de pobreza vive a Faixa de Gaza. Segundo Moniz Bandeira (2016, p. 398), ao longo da costa da Faixa de Gaza foram descobertas extensas reservas de gás, estimadas em 1,4 trilhão de metros cúbicos, avaliadas pelo British Gas Group, a preços dos anos 2000, em algo em torno de US\$ 4 bilhões.

Ainda segundo Moniz Bandeira, em 2007 o então chefe do Mossad (Serviço de Inteligência Israelense), Meir Dagan, havia emitido um alerta às autoridades de Tel Aviv no sentido de que o gás existente em Gaza, caso explorado pelo Hamas, poderia financiar os ataques contra Israel.

5. INTIFADAS, SURGIMENTO DO HAMAS E AS OPERAÇÕES ISRAELENSES EM GAZA

As Intifadas foram movimentos surgidos em decorrência da frustração dos palestinos com a longa ocupação israelense, a falta de progresso nas negociações de paz e a deterioração das condições econômicas na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

5.1 PRIMEIRA INTIFADA

Em 1987 ocorreu a Primeira Intifada (levante) dos palestinos contra os israelenses na Faixa de Gaza. Essa primeira revolta teve um caráter mais popular, com civis atirando pedras em viatura blindadas do Exército israelense que ocupavam o território. A Primeira Intifada teve duração até o ano de 1993, quando foram concluídos os chamados Acordos de Oslo entre israelenses e palestinos. Isso resultou na criação da Autoridade Nacional Palestina (ANP) e na concessão de autonomia limitada à Faixa de Gaza e partes da Cisjordânia ocupada.

Esta Primeira Intifada, entretanto, marcou o surgimento do grupo militante islâmico de vertente sunita Hamas, que se estenderia posteriormente aos outros territórios ocupados.

5.2 SURGIMENTO DO HAMAS

O Hamas, que na verdade é uma abreviatura de “Harakat Al Muqawama al Islamiyah”, ou Movimento de Resistência islâmica, é um partido islâmico que abriga uma milícia terrorista e grupos insurgentes baseados na Faixa de Gaza.

Foi fundada em 1987 pelo xeque Ahmed Yassin, um clérigo muçulmano sunita, como o ramo palestino da Irmandade Muçulmana. Surgiu durante a primeira insurreição da intifada contra a ocupação israelense. Sua carta de fundação defendia a destruição de Israel e o estabelecimento de um Estado islâmico independente na Palestina histórica. Uma carta revista, introduzida em maio de 2017, aceitou provisoriamente um Estado palestino baseado nas fronteiras de 1967.

O Hamas tem duas divisões principais. A ala política governa Gaza e inclusive prestaria serviços sociais. A ala militar, que inclui as Brigadas Izz ad-Din al Qassam, tem como alvo o Estado de Israel. O Hamas, seja o grupo como um todo ou, em alguns casos, apenas sua ala militar, é considerado um grupo terrorista por Israel, pelos Estados Unidos, pelos países da União Europeia e pelo Reino Unido,

dentre outras potências. O grupo conta com apoio do Irã, que fornece financiamento, armas e treinamento.

5.3 SEGUNDA INTIFADA

A Segunda Intifada começou em 2000 e durou até 2005. Foi desencadeada por uma visita do então líder da oposição israelense Ariel Sharon, à Esplanada das Mesquitas em Jerusalém, local sagrado para judeus e muçulmanos. A visita foi vista pelos palestinos como uma provocação, o que levou a protestos violentos e confrontos com as forças de segurança israelenses.

A Segunda Intifada foi marcada por ataques terroristas palestinos contra civis israelenses e pela resposta militar de Israel, que incluiu o cerco à cidade de Ramallah, onde o líder da Autoridade Palestina, Yasser Arafat, permaneceu sitiado. A intifada terminou com a construção do Muro da Cisjordânia por Israel e a retirada israelense da Faixa de Gaza, a partir de 2007, dois anos após o fim da Segunda Intifada.

A retirada foi um movimento unilateral israelense e não foi parte de um acordo de paz com os palestinos, tendo envolvido inclusive a retirada forçada de colonos judeus da Faixa de Gaza. O objetivo era reduzir a presença militar israelense na região e permitir que os palestinos tivessem mais controle sobre seus próprios assuntos.

No entanto, Israel erigiu um muro em todo o perímetro das áreas ocupadas pela ANP, assim como um rigoroso um bloqueio naval e terrestre à Faixa de Gaza.

Nas eleições legislativas de 2006, o Hamas obteve a maioria dos assentos no legislativo da ANP, ficando com 76 representantes, restando ao Fatah, partido até então no poder, um total de 43 assentos. Nessas condições, o Hamas liderou brevemente a ANP, tanto na Cisjordânia como em Gaza.

No ano seguinte às eleições, as tensões aumentaram entre os dois maiores partidos palestinos, até que em meados de 2007, o presidente Mahmoud Abbas (do Fatah) demitiu o primeiro-ministro Ismail Haniyeh (do Hamas). Nesta ocasião, o Hamas decidiu assumir à força o controle da segurança na Faixa de Gaza. Estas ações resultaram na dissolução do governo de unidade da Autoridade Palestina e no início de uma divisão *de facto* dos territórios palestinos em duas entidades separadas, com Gaza permanecendo governada pelo Hamas e a Cisjordânia pelo Fatah.

Desde então, o Hamas mantém o poder em Gaza, se estruturando em meio a um bloqueio exercido por Israel há mais de 16 anos. Desde a saída de Israel de Gaza, o Hamas permanece com o objetivo de destruir Israel e substituir o controle da país por um Estado islâmico. O grupo passou a buscar um aperfeiçoamento e expansão de sua estrutura, desenvolver novas técnicas, táticas e procedimentos, absorver tecnologias, tudo para manter sua política de realizar ataques terroristas e irregulares contra Israel, lançar rotineiramente milhares de foguetes sobre o território israelense e infligir danos às Forças de Defesa de Israel (FDI).

Exercendo controle territorial na Faixa de Gaza desde 2007, passou a desdobrar diversas infraestruturas do nível de força convencional, tais como centros de comando, unidades logísticas, centros fabris, centros de treinamento, hospitais de campanha e muitas outras. Isto lhe permitirá enfrentar o exército israelense no

ambiente urbano de Gaza em condições muito mais favoráveis do que se acreditou nas duas últimas Intifadas, pois lhe permitirá lutar pelo controle do seu território, mas cobrando um preço bastante elevado às forças regulares israelenses.

5.4 O BLOQUEIO

Após a chegada do Hamas ao poder em Gaza, Israel e Egito impuseram um bloqueio terrestre, aéreo e marítimo sobre o território, que vem sendo mantido desde 2007. A organização Human Rights Watch comparou as condições da Faixa de Gaza com “uma prisão ao ar livre”, devido às restrições de movimentação impostas por Israel aos palestinos da região⁴. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha, por sua vez considera o bloqueio ilegal, afirmando que ele infringe as Convenções de Genebra.

As autoridades israelenses afirmam que o bloqueio permite o controle das fronteiras de Gaza e é exercido em conjunto com o Egito. Israel afirma que é uma ação necessária para proteger os cidadãos israelenses contra o Hamas.

Para tentar vencer o bloqueio, o Hamas construiu uma rede de túneis para introduzir mercadorias e armamento na Faixa de Gaza. Os túneis também servem como centros de comando subterrâneo e posições defensivas para abrigar os militantes do movimento.

A ONU afirma que cerca de 500 mil refugiados vivem hoje em oito acampamentos organizados pela UNRWA (United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees) no território de Gaza. Um outro contingente de 500 mil deslocados também se acha vagando pelo território sem conseguir deixar a área, em decorrência do bloqueio existente.

Em 2014, Israel declarou uma zona de defesa ao longo da fronteira para se proteger dos ataques de foguetes e incursões dos militantes islâmicos. Essa delimitação reduziu a quantidade de terra disponível no território para moradias e fazendas.

E os cortes de eletricidade fazem parte do dia a dia na Faixa de Gaza. Segundo o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, *Office for the Coordination of Humanitarian Affairs*), a maioria das casas do território só tem eletricidade três horas por dia.

A maior parte da eletricidade da Faixa de Gaza vem de Israel, exceto por uma única usina geradora local e uma pequena quantidade que chega do Egito.

Além da energia elétrica, a água é escassa para a maioria dos habitantes de Gaza e seu sistema público de saúde enfrenta situação precária.

A assistência médica nos territórios palestinos é de responsabilidade da ANP. Mas segundo a OCHA, o bloqueio de Israel e do Egito, aliado à redução dos investimentos no setor de saúde, e assim como os conflitos políticos internos entre a ANP e o Hamas, tudo tem contribuído para que o território chegasse a esta situação.

⁴ Fonte: BBC. Disponível em <https://shre.ink/UYk0>.

A ONU colabora administrando 22 centros de saúde, mas diversos hospitais e clínicas já haviam sido danificados, ou mesmo destruídos, em combates anteriores com Israel.

5.5 OPERAÇÕES TERRESTRES ISRAELENSES EM GAZA (2008-2014)

Em quase uma década, Israel se manteve em confronto com o Hamas na Faixa de Gaza, com ciclos de violência definidos por períodos de intensos combates, seguidos de calmarias relativas. Destacaremos nesta análise duas ocasiões nas quais as FDI realizaram ações ofensivas terrestres contra a área de Gaza: a Operação Cast Lead (2008-2009) e a Operação Protective Edge (2014).

5.5.1 OPERAÇÃO CAST LEAD (2008-2009)

Quando as FDI entraram na faixa de Gaza em dezembro de 2008, já estavam então preparadas para lutar contra um adversário híbrido. O Hamas tinha características de grupo terrorista, associadas ao de uma força de guerrilha urbana, quase atingindo o nível de Exército de libertação nacional.

O Hamas estava focado em um aumento expressivo de seu componente militar desde o retirada israelense de Gaza em 2005, aumentando sua força para mais de 10.000 soldados, melhorando suas capacidades de comando e controle, desenvolvendo uma extensa rede de túneis para utilização como *bunkers* e armadilhas, assim como adquirindo e desenvolvendo armas de interdição, que incluíam morteiros, foguetes de curto e médio alcance, mísseis anticarro e mísseis portáteis antiaéreos.

E foi justamente devido ao expressivo aumento do número de ataques com foguetes e morteiros contra Israel que as FDI lançaram, em 27 de dezembro de 2008 a Operação Cast Lead (Chumbo Fundido).

A operação incluiu, desde o início, planos para uma campanha terrestre e para mobilização de reservas. Fogos de artilharia e ataques aéreos das FDI abriram caminho para a manobra terrestre de brigadas, que visavam destruir a infraestrutura do Hamas e sua liderança (Figura 9).

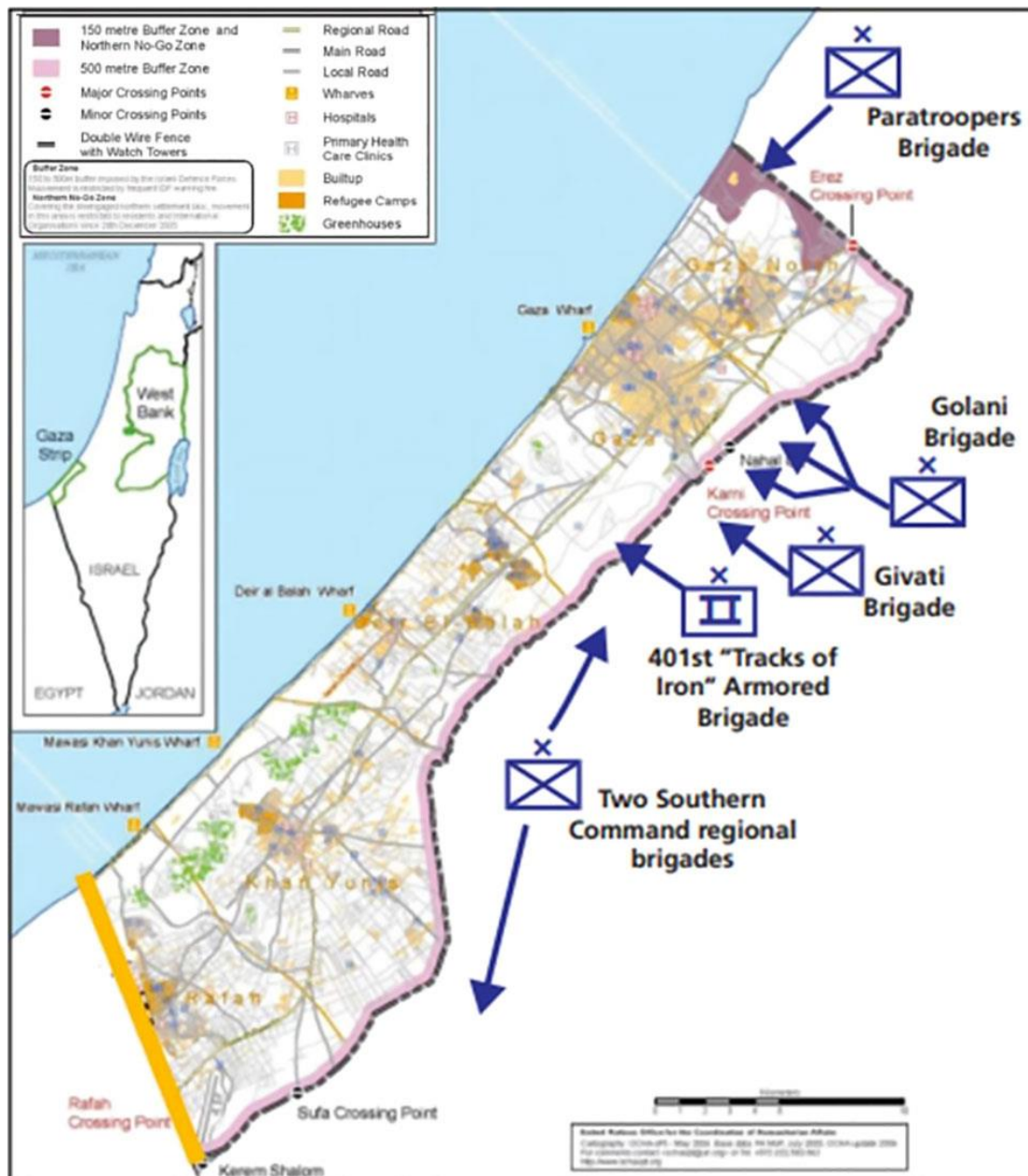


FIGURA 9: Manobra terrestre da Operação Cast Lead (JOHNSON, 2011, p. 115).

Por seu lado, o esquema de manobra do Hamas explorava o ambiente urbano para atingir os seguintes objetivos:

- Empregar franco-atiradores, fogos indiretos de morteiros e mísseis anticarro para matar soldados israelitas e baixar o moral do adversário;
- Utilizar homens-bomba para atacar e danificar bases operacionais avançadas das FDI e seus perímetros defensivos;
- Instalar armadilhas com dispositivos explosivos improvisados em estradas, residências, escolas, mesquitas e outros locais públicos;
- Utilizar túneis para criar “espaço de manobra”, abrigar instalações de comando e controle, esconder reféns e armazenar suprimentos e armamentos, dentre outras finalidades;

- Realizar emboscadas para matar soldados israelenses;
- Continuar a lançar foguetes nas cidades do sul de Israel para desmoralizar a ofensiva das FDI e aumentar o moral no lado palestino.

Entretanto, a rapidez com que a manobra israelense foi levada a cabo surpreendeu o Hamas, que acabou sendo rapidamente expulso de posições bem organizadas e preparadas. Embora as FDI não tenham sido capazes de sustar completamente o lançamentos de foguetes de Gaza para Israel, a operação logrou diminuir seu número de forma significativa. A operação foi dada como encerrada em 18 de janeiro de 2009, com a adoção de um cessar fogo unilateral israelense.

Em termos de baixas na Faixa de Gaza, a operação Cast Lead resultou na morte de 709 militantes do Hamas e 926 civis palestinos. No lado das FDI foram contabilizados 10 mortos e 207 feridos.

5.5.2 OPERAÇÃO PROTECTIVE EDGE (2014)

Durante algum tempo, Israel e Gaza desfrutaram de um período de relativa calma. Mas, em 2014, o Hamas enfrentou uma forte pressão econômica e política, quando o novo presidente do Egito, Abdel Fattah el-Sisi, identificou o Hamas como aliado da inimiga Irmandade Muçulmana, e determinou o fechamento de túneis por onde ocorria o contrabando de material do Egito para Gaza, negando ao Hamas uma de suas principais fontes de receitas.

Foi neste contexto que se desenvolveu a Operação Protective Edge (Borda Protegida) contra o Hamas em Gaza, tendo as FDI a iniciado em 8 de julho e a encerrado em 26 de agosto de 2014. A operação foi novamente lançada em resposta a ataques com foguetes do Hamas. A operação se desenvolveu em três fases. A primeira foi uma campanha aérea (de 8 a 16 de julho), com Israel buscando atingir militantes e infraestruturas do Hamas.

No entanto, a campanha aérea por si só não poderia destruir a rede de túneis do Hamas, que havia sido expandida de forma expressiva, estando naquele momento muito mais bem construída.

Assim, numa segunda fase, Israel lançou uma incursão terrestre, de 17 de julho a 4 de agosto. Embora as FDI tenham precisado avançar apenas alguns quilômetros no interior de Gaza para encontrar e começar a destruir extensas redes de túneis transfronteiriços, as FDI encontraram esporadicamente fortes bolsões de resistência em locais como Shuja'iya e Beit Hanoum, onde a Brigada Golani travou as batalhas mais intensas da guerra (Figura 10).



FIGURA 10: Manobra terrestre da Operação Protective Edge (COHEN, 2017, p. 5).

Após duas semanas de operações, as tropas das FDI se retiraram, e a Operação Protective Edge entrou em sua fase final (de 5 a 26 de agosto) que foi caracterizada pela implementação de um cessar-fogo mediado pelo Egito.

Israel acabou por adotar na Operação Protective Edge uma estratégia bastante questionada até os dias de hoje, pois tentou manter um certo equilíbrio em relação ao Hamas. Se por um lado buscou punir severamente a organização terrorista por seus ataques, por outro não buscou eliminar totalmente o movimento, porque temia que ele poderia ser substituído por outra organização ainda mais violenta.

O total de baixas na Operação Protective Edge superou em muito a média das ações anteriores na Faixa de Gaza, tendo resultado na morte de 2.133 militantes do Hamas e 1.489 civis palestinos. Do lado israelense foram contabilizadas 66 mortes nas FDI e seis entre os civis.

6. ATORES INTERVENIENTES NO CONFLITO

Serão apresentados alguns atores importantes para o desenrolar atual do conflito palestino-israelense. Outros poderiam ser citados, mas o objetivo é demonstrar o impacto regional e global da guerra que se configura.

6.1 ESTADOS UNIDOS

Desde a saída das tropas britânicas da Palestina e o surgimento do Estado de Israel, as políticas externa e de defesa norte-americanas atribuem uma prioridade máxima à manutenção do Estado de Israel e à sua segurança. Neste sentido, desde 2002 os EUA aplicam a todas as questões que envolvem Israel nos fóruns internacionais, seja na ONU em geral, nos Tribunais Penais e no Conselho de Segurança das Nações Unidas, a chamada “Doutrina Negroponte”.

Em 26 de julho de 2002, John Negroponte, então Embaixador dos Estados Unidos nas Nações Unidas, declarou durante uma reunião fechada do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) que os Estados Unidos se oporão às resoluções do Conselho de Segurança relativas ao conflito entre Israel e árabes em geral e aos palestinos em particular, que sejam apresentadas no sentido de condenar Israel ou de negar-lhe o direito de defesa. Isto ficou conhecido como a doutrina de Negroponte. O exemplo mais recente foi já no âmbito da guerra iniciada pela ação do Hamas em outubro de 2023, justamente ao vetar uma proposta brasileira no CSNU, que propunha medidas impositivas para garantia das populações civis em Gaza e ao fornecimento de ajuda humanitária. Coube aos EUA o único voto contrário e a imposição do direito de veto, sob a alegação de que a proposta não explicitava o direito israelense de se defender. Desta forma, os EUA atuam como um contrapeso às frequentes resoluções que denunciam Israel que eventualmente são aprovadas no âmbito da Assembleia Geral Nações Unidas.

Os EUA atuam em prol de Israel também mediante o fornecimento de ajuda financeira e assistência militar.

6.2 IRÃ

O governo dos Estados Unidos alega que a relação entre o Irã e o Hamas, assim como outros movimentos militantes palestinos, tal como a Jihad Islâmica, seria um fato. A Jihad Islâmica Palestina constitui um grupo militante, também sediado em Gaza, que sendo menos estruturado que o Hamas, ainda mantém uma força de combate significativa nas regiões costeiras do enclave.

O Hamas, por outro lado, tem tido uma relação mais ambígua com o Irã, pois nem sempre seus interesses são coincidentes, como no caso do apoio iraniano ao ditador Sírio, o presidente Bashar al-Assad.

Israel, por seu lado, afirma ter informações de que o Irã apoia o Hamas com uma ajuda financeira de cerca de 100 milhões de dólares por ano. O Departamento de Estado dos EUA acrescenta que o grupo também receberia armas e treinamento do Irã.

O grupo armado xiita libanês Hezbollah, tradicional aliado do Irã, também manteria uma forte coordenação e apoio mútuo com grupos islâmicos palestinos. Segundo Kobi Michael, pesquisador sênior do Instituto de Estudos de Segurança Nacional, com sede em Tel Aviv, o Irã busca com esses apoios “esgotar a sociedade

israelense como um todo, de forma a também esgotar as capacidades e apoio interno das Forças de Defesa de Israel”. Segundo ele, “o Irã seria um ativo para o Hamas e o Hamas um ativo para o Irã”⁵.

6.3 IRAQUE

Em que pese o governo do Iraque não apoiar o Hamas em termos materiais ou financeiros, diversos movimentos populares iraquianos o fazem. Um dos pontos de aproximação entre o Hamas e os movimentos iraquianos está no fato de que ambos compartilham a mesma vertente sunita da religião muçulmana.

Neste sentido, depois de Israel ter respondido com dureza aos ataques terroristas do Hamas, em 7 de outubro, os iraquianos saíram às ruas em protestos pró-palestinos, queimando bandeiras israelenses e entoando slogans antiamericanos.

O primeiro-ministro iraquiano, Mohammed Al-Sudani, expressou solidariedade com a causa palestina e descreveu a resposta Israelense como uma “agressão sionista brutal”. Seus antecessores, incluindo Mustafa Al-Kadhimi, Haider Al-Abadi, Adil Abdul-Mahdi e Nouri al-Maliki, ecoaram a solidariedade de Sudani, acrescentando que os ataques do Hamas foram uma “resposta natural” às “provocações e violações israelenses”. Muitos analistas ocidentais, entretanto, consideram que as reações das lideranças iraquianas teriam mais um efeito voltado para o público interno.

Ainda assim, a situação coloca várias dificuldades para os Estados Unidos. Em primeiro lugar, à medida que a resposta de Israel continua e as condições dos palestinos em Gaza se deterioram, haverá uma maior pressão sobre organizações populares iraquianas para agir contra as ações israelenses.

6.4 ARÁBIA SAUDITA

A Arábia Saudita vinha participando de um esforço da diplomacia dos EUA para uma aproximação com Israel. Uma das exigências sauditas era justamente um relaxamento das medidas israelenses de bloqueio contra Gaza.

Entretanto, após os ataques do Hamas em 7 de outubro, a Arábia Saudita colocou em compasso de espera os planos apoiados pelos EUA com relação à Israel. O conflito também trouxe como efeito colateral um novo movimento de aproximação dos sauditas com o Irã. O príncipe herdeiro saudita Mohammed bin Salman recebeu o primeiro telefonema do presidente iraniano, Ebrahim Raisi, para tratar de medidas para conter um transbordamento da violência para toda a região do Oriente Médio.

6.5 RÚSSIA

A guerra Israel-Hamas vem forçando a Federação da Rússia a buscar um delicado equilíbrio nessa questão. A posição cuidadosa deve-se aos laços tradicionais da Rússia com Israel, país que não aderiu às sanções propostas pelos EUA e seus aliados da OTAN. A busca de um papel de equilíbrio junto aos palestinos, israelenses e outros intervenientes regionais, reflete a esperança do Kremlin de expandir sua influência no Oriente Médio.

⁵ Fonte: CNN. Disponível em <https://shre.ink/UYtr>.

A Rússia também vem tentando consolidar a narrativa de que o retorno das hostilidades em Gaza constitui um sinal de fracasso da política dos EUA, ao tempo em que espera que elas desviem os esforços de Washington e seus aliados no apoio militar à Ucrânia. O presidente Vladimir Putin disse que a guerra está enraizada na incapacidade de criar um Estado Palestino soberano em consonância com as resoluções da ONU, que ele chamou de “injustiça grosseira”. Ele vem observando que as políticas de assentamento de Israel apenas exacerbaram a situação.

Putin tem exortado o governo israelense e o Hamas a não atacarem civis, enfatizando que todos os esforços devem ser feitos para acabar rapidamente com a guerra, dizendo que uma escalada levantaria sérios riscos globais.

6.6 UNIÃO EUROPEIA

A ressurgência do conflito entre Israel e a Palestina teve um impacto significativo na União Europeia. A UE tem sido um importante doador de ajuda aos territórios palestinos, e o conflito certamente levará a um aumento do número de refugiados e pessoas deslocadas para a área do bloco europeu. Em que pese a UE procurar se manter envolvida nos esforços diplomáticos para resolver o conflito, sua influência tem sido bastante limitada e condicionada às imposições do interesse nacional dos EUA.

A resposta da UE à crise em Israel expôs seus limites. A primeira reação do bloco foi o anúncio de que a UE suspenderia toda a ajuda ao desenvolvimento dos palestinos, uma medida que poderia trazer impactos significativos, uma vez que a UE é o maior doador internacional da ANP. A política foi revertida no mesmo dia, em meio a crescentes preocupações da opinião pública europeia sobre as condições de vida dos habitantes de Gaza não envolvidos nas ações do Hamas.

Para além da iluminação habitual dos edifícios nas cores de qualquer país que esteja a lamentar seus mortos, as tentativas de forjar uma resposta coerente a uma crise acabam sendo envolvidas em disputas entre os governos europeus, e até mesmo entre diferentes instituições da própria UE.

7. CONCLUSÃO

Conforme foi possível observar no desenvolvimento desta análise, o conflito entre Israel e a Palestina têm causas complexas, decorrentes de uma sucessão de decisões equivocadas, tomadas por potências hegemônicas em uma configuração ainda anterior à ordem mundial vigente, ainda à época da Primeira Guerra Mundial, e que envolveram países como o Império Otomano, o Reino Unido, a França e o Império Russo.

Como destacou Berdine (Ibid, p. 69), o acordo de Sykes-Picot acabou por traçar nas areias do Oriente Médio algumas linhas que o sangue vem lavando ao longo do tempo⁶. E a linha traçada nas areias da Faixa de Gaza, e que a separa dos territórios de Israel e do Egito, parece requerer ainda muito mais sangue antes que se possa atingir uma solução minimamente aceitável para ambas as partes.

⁶ No original: “Sykes–Picot drew lines in the Middle East sands that blood is washing away”.

Os reflexos globais do conflito palestino-israelense são incontestáveis, como pudemos constatar em uma breve análise sobre seus impactos em diferentes países, tais como os EUA, o Irã, o Iraque, a Arábia Saudita, a União Europeia e a Federação da Rússia. Poderíamos ter citado outros também importantes, tais como o Egito, a Turquia, a Síria ou o Líbano.

Considerando as implicações do desenvolvimento de um processo de transformação da ordem mundial, que é um movimento histórico cíclico, esses momentos de crise sempre trazem consigo a ameaça da ocorrência de conflitos de impacto global, cabendo aos governantes atuais agir com o máximo de cautela, coisa que parece andar bem escassa no âmbito do tabuleiro internacional.

O Hamas, segundo algumas fontes, teria hoje um efetivo em armas de mais de 20 mil combatentes. Além de dispor de armas convencionais, sua capacidade de contrainteligência foi inequivocamente atestada, ao lograr manter o absoluto sigilo da Operação Inundação Al-Aqsa, a despeito do poderoso aparato de inteligência israelense e da impressionante rede de sensores de alta tecnologia que as FDI instalaram em todos os limites externos da Faixa de Gaza.

Mantendo um rígido controle territorial na Faixa de Gaza desde 2007, o Hamas desenvolveu naquela pequena área uma estrutura hoje muito mais organizada. Isto lhe permitirá enfrentar o exército israelense no ambiente urbano de Gaza em condições muito mais favoráveis do que se verificou nas duas últimas Intifadas e nos combates entre 2008 e 2014. Essas características nos permitem avaliar que uma ação militar israelense sobre a Faixa de Gaza em 2023 será muito provavelmente longa e sangrenta.

8. REFERÊNCIAS

BERDINE, Michael. *Redrawing the Middle East: Sir Mark Sykes, Imperialism, and the Sykes-Picot Agreement*. Tauris: London, 2020.

COHEN, Raphael S. *et al. Lessons from Israel's Wars in Gaza*. Rand: Santa Monica, 2017.

JOHNSON, David E. *Hard Fighting: Israel in Lebanon and Gaza*. Rand: Santa Monica, 2011.

KHAN, Adnan. *100 Years of the Middle East*. Maktaba Islamia: [s. l], 2016.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A Desordem Mundial: O espectro da total dominação*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2016.

**Marco Antonio de Freitas Coutinho é coronel da reserva do Exército Brasileiro, é bacharel em Ciências Militares pela AMAN, mestre em Operações Militares pela EsAO e em Ciências Militares pela ECEME. É pós-graduado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e mestrando em Ciência Política Internacional pela Fundação Universitária Iberoamericana (Espanha). Pode ser contatado pelo e-mail: marcocoutinho@hotmail.com.*
